

ATA DA 049ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2021
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs.
Deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo -
Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce
Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da
Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael
dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry
Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton
Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio
Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado -
Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício
Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir
Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso
Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha -
Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon -
Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck -
Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal
Deputado Kennedy Nunes

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Abre os
trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura
das atas das sessões anteriores para aprovação e a
distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Afirma que
reclama muito da carga tributária que o
catarinense tem que pagar, e luta contra o aumento
de despesas públicas, fiscalizando o uso do
dinheiro que é tirado da população através dos
impostos. Fala que lhe incomoda muito quando vê
desperdiçado esse dinheiro na máquina pública.
Apresenta um vídeo onde aparece um caso de
desperdício, em que a UFSC torrou R\$70 milhões, em
Joinville, para construir um campus, em 2007, e
hoje tem no local um esqueleto, pois a obra não

foi concluída. Esclarece que, assim, a UFSC precisou locar salas para atender os alunos, gastando mais R\$30 milhões.

Relata que fez uma denúncia no Tribunal de Contas da União, e, no final do ano passado, como resultado foi informado que a universidade está tentando terminar a obra. Coloca que para isso serão necessários mais R\$70 milhões, e o orçamento da Universidade Federal é de R\$9 milhões por ano, sendo assim, nunca essa obra será terminada.

Declara que é muito fácil gastar o dinheiro dos outros com os outros, ou seja, ninguém é responsável. E o Tribunal de Contas também diz que não dá para punir, porque a União tem mais 253 obras na mesma situação. Ressalta que o Brasil precisa controlar suas despesas públicas e começar a responsabilizar os inconsequentes que fazem isso, pois na maioria dos casos ninguém é cobrado pelos desperdícios. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Fala que, na política, preza muito a sua independência, e que assim tem caminhado dentro da Alesc, lutando pelo que acredita e pelo certo. Mas, cita que infelizmente existe uma amarra política, que está prejudicando Santa Catarina.

Faz referência a CPI que solicitou para que se fiscalize, questione e resolva os problemas do Samu no Estado, entretanto os Deputados da base do Governo não estão de acordo, e assim não conseguiu as 14 assinaturas necessárias. Acredita que o interesse político está acima da vontade de resolver um grande problema. Argumenta que os Deputados devem fiscalizar as ações do Poder Executivo, e o seu pedido visa investigar fatos irregulares que estão acontecendo na instituição, que realiza serviço móvel de saúde para os catarinenses.

Cita que o Samu sustenta que recebe menos do que precisa para administrar o serviço móvel, mas o Governo Estadual afirma que paga o que consta no edital do contrato de serviços. Também existem diversas reclamações dos servidores que estão pedindo socorro, devido a várias irregularidades

com relação aos equipamentos usados na prestação dos serviços, além das questões trabalhistas. Por fim, questiona quem está falando a verdade, e quem está mentindo, porque quem está pagando a conta, quem perde com essa situação é o cidadão catarinense, que depende do serviço público.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Demonstra o seu apoio, solicitando à população catarinense que se manifeste e pressione os Deputados que não estão assinando o pedido de CPI, pela importância da resposta para essa situação do Samu. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) - Reporta-se à nota oficial da Bancada Feminina do Parlamento catarinense ao combate à homofobia e ao crime bárbaro de um jovem de 22 anos, na cidade de Florianópolis, que sofreu estupro coletivo praticado por três homens. Ao discorrer sobre o assunto, diz que o mês de junho é considerado o mês internacional do Orgulho Gay, datado no ano de 1969, e o dia 28 de junho é o marco-zero da luta mundial pelos direitos LGBT. Comenta que, passados mais de 50 anos, muitos avanços foram conquistados, porém inúmeros desafios são impostos, como o respeito à orientação sexual individual.

Ao relatar que no dia 31 de maio, data do crime, quando a vítima foi agredida, torturada e teve seu corpo marcado com palavras homofóbicas, diz que Bancada Feminina da Assembleia Legislativa vem a público para manifestar repúdio ao crime, prestar solidariedade à vítima e seus familiares, bem como a outras vítimas que sofreram, e ainda sofrem violência, bem como informa que a referida bancada acompanhará o desdobramento do caso e adotará as medidas cabíveis.

Em tempo, reporta-se à Advogada Margareth Hernandez, que é Presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB\SC, que, por comentar o caso do crime nas redes sociais, passou a sofrer ataques difamatórios nos meios virtuais, sendo que pode ver alguns e os considera deprimentes, vergonhosos, e afirma que a Bancada

Feminina vai acompanhar os ataques que a citada Advogada sofreu. Assim, diz que os referidos acontecimentos são um alerta para a Assembleia Legislativa, aos demais poderes constituídos, às entidades organizadas e a sociedade em geral, e entende que devem unir forças para combater a homofobia.

Encerra, comunicando que, na presente data, foi aprovado na comissão de Direitos Humanos a criação da Procuradoria Especial da Mulher no ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sendo que a matéria irá a Plenário, e espera a participação, colaboração e apoio da maioria dos Colegas. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 15h.

(Pausa)

A Presidência reabre a sessão e passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Relata sobre os debates ocorridos na Comissão de Saúde, e, logo após, foi realizada uma Audiência Pública junto com os vereadores da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Florianópolis, com a presença de especialistas, infectologistas, e outras personalidades da área da saúde. Comenta que o foco foi debater sobre o combate à pandemia do coronavírus no Estado, dizendo que ações importantes precisam ser realizadas sobre a vacinação, tendo em vista a chamada terceira onda de contágio.

Discorre sobre a imunização dos grupos prioritários, e a retomada da vacinação por idade decrescente, esperando que se aumente o ritmo de vacinação em todo país. Pede que o Estado seja pró-ativo nesta causa. Mostra-se preocupado com os cidadãos que não estão tomando a segunda dose, e

solicita que os municípios identifiquem estes cidadãos para a imunização.

Faz questionamentos quanto à vacina da Janssen, de única dose que chega ao País, dizendo que a mesma está prestes a vencer e, quando chegar, deve ser distribuída rapidamente e aplicada em dois ou três dias. Ressalta a importância de tentar encurtar o calendário de vacinação para que seja cumprido antes do tempo proposto. Considera importante que as secretarias municipais implementem ações para que haja efetividade na imunização e seja vencida essa pandemia. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: PSD

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) -
Demonstra preocupação com a aprovação do Projeto de Lei 399/15, que legaliza o cultivo de maconha para fins medicinais no Brasil. Comenta que essa necessidade do plantio para fins medicinais é uma falácia, visto que a Anvisa autoriza a importação com receita médica, e por isso acredita que o que se quer com esse debate é um passe livre para o uso recreativo.

Exibe um vídeo sobre uma petição chamada Droga STF, que incentiva a descriminalização do pequeno porte de drogas, julgando como algo lamentável. Comenta que quem defende essa causa nunca visitou uma comunidade terapêutica, e alerta que a maconha é porta de entrada para drogas pesadas. O Deputado lê uma notícia da imprensa francesa, sobre uma criança de 11 anos que faleceu vítima de overdose após ingerir narcotráficos, e afirma que, quando se pensa em liberalização de drogas, o resultado são tragédias como essa.

Agradece a comissão de Prevenção e Combate às Drogas por ter feito sua parte e exibe outro vídeo que mostra a visita dos técnicos dessa comissão a comunidades terapêuticas, informando que, apenas na última semana, 200 acolhidos foram instruídos a respeito da prevenção às drogas. Finaliza, agradecendo à Secretaria da Saúde por privilegiar os monitores de comunidades terapêuticas quanto à vacinação.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Concorde que o Projeto de Lei não tem interesse no uso medicinal da maconha, mas sim no uso recreativo. Deseja que a aprovação do referido projeto seja revertida. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE MADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa a Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0153/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0339/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0460/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0482/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0212/2021, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que revoga a Lei nº 17.750, de 2019, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 16.689, de 2015, que "Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Beneficente Latarte, de Camboriú" e revoga Lei nº 16.689, de 31 de agosto de 2015.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do parecer ao Requerimento n. 0788/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que requer apreciação pelo Plenário, do parecer proferido pela Comissão de Constituição e Justiça, ao Requerimento de Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa "investigar ilicitudes praticadas na gestão pública do Porto de São Francisco do Sul, em procedimentos licitatórios recentes durante o período da pandemia de Covid-19.

Conta com parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiram e encaminharam a votação da presente matéria os srs. deputados José Milton Scheffer, Jessé Lopes, Sargento Lima, Bruno Souza, Ana Campagnolo, João Amin, Marcius Machado, Valdir Cobalchini.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim", votam a favor do requerimento, e o que votarem "não", votam a favor da comissão de Constituição e Justiça e, conseqüentemente, contra o requerimento.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	não
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	
DEPUTADO JERRY COMPER	não
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADA MARLENE FENGLER	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	não
DEPUTADO PE. PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO RICARDO ALBA	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VOLNEI WEBER	não

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O senhor Presidente, Deputado

Mauro de Nadal, acolheu as manifestações dos Deputados: Ada Faraco De Luca, Dirce Heiderscheidt, Julio Garcia e Romildo Titon favoráveis ao parecer e contrários ao requerimento, e do Deputado Felipe Estevão contrário ao parecer e favorável ao requerimento, fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando assim 28 votos, sendo 7 sim, 21 não e nenhuma abstenção. Aprovando assim, o parecer da comissão e rejeitando o requerimento.)

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 7(sete) votos "sim", 21 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o requerimento.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 00600/2021, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre o veto total ao PL/159/19, de autoria dos Deputados Marcius Machado e Sargento Lima, que "Adiciona o § 9º ao art. 23 da Lei nº 16.673, de 2015, que dispõe sobre a criação da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC) e estabelece outras providências".

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto.

Em discussão.

Discutiram e encaminharam a votação da presente matéria os srs. deputados Marcius Machado, Bruno Souza, Silvio Dreveck, Sargento Lima, José Milton Scheffer, Valdir Cobalchini e Jessé Lopes.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO não

DEPUTADO BRUNO SOUZA sim

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO sim

DEPUTADO FABIANO DA LUZ sim

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PE. PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO RICARDO ALBA	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	não
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O senhor Presidente, Deputado Mauro de Nadal, acolheu as manifestações dos Deputados: Dirce Heiderscheidt, Jessé Lopes e Sergio Motta pela manutenção do veto, e dos Deputados Felipe Estevão e Laércio Schuster pela rejeição do veto fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando assim 28 votos, sendo 22 sim, 6 não e nenhuma abstenção.)

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim", 06 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

A Presidência informa que há matérias extrapauta para apreciação na presente data: Projeto de Lei Complementar n. 0007.3/2021; Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0239/2021; e o Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0240/2021.

Consulta os srs. líderes se concordam em proceder à votação nesta tarde.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0007/2021, de autoria do Ministério Público, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 738, de 23 de janeiro de 2019.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria, e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	não
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PE. PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO RICARDO ALBA	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O senhor Presidente, Deputado Mauro de Nadal, acolheu as manifestações dos Deputados: Ada Faraco De Luca, Dirce Heiderscheidt, Felipe Estevão, Laércio Schuster, Nazareno Martins, Nilso Berlanda e Sergio Motta favoráveis ao projeto, do Deputado Jessé Lopes manifestando contrariedade, e ainda, a retificação de voto do Deputado Sargento Lima fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando assim 29 votos, sendo 25 sim, 4 não e nenhuma abstenção.)

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim", 04 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação do PCL n. 00239/2021, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 17.939, de 2020, que suspende até o dia 31 de dezembro de

2020 a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de média e alta complexidade, no âmbito das gestões estadual e municipais, bem como da política hospitalar catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação do PCL n. 00240/2021, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que institui o auxílio emergencial denominado SC+ RENDA, para enfrentamento das consequências econômicas e vulnerabilidades sociais advindas da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiram e encaminharam a votação da presente matéria a sra. Deputada Luciane Carminatti, Jair Miotto, Fabiano da Luz, Ada De Luca, José Milton Scheffer.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade. *[Taquiografia: Cinthia]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - A Presidência encerra a presente sessão, e convoca outra, extraordinária, às 17h19, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquígrafa Sara]